

Gênero e proteção social no sul da Ásia: uma análise de programas não contributivos

Charlotte Bilo, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

A **proteção social** tem recebido maior atenção como uma medida de redução da pobreza e da vulnerabilidade para se alcançar transformação social, incluindo a redução da desigualdade de gênero. Apesar do notável progresso recente no sul da Ásia em termos de desenvolvimento, a região ainda enfrenta disparidades de gênero significativas. Normas sociais discriminatórias e fatores estruturais resultam na negligência dos direitos das mulheres e meninas em todas as áreas da vida. Consequentemente, mulheres e crianças continuam a se deparar com sérios desafios quanto à saúde, à nutrição, à educação e ao emprego. Sistemas de proteção social que respondam a esses riscos são, portanto, de vital importância para a região.

Nesse contexto, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e o Escritório Regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para o sul da Ásia estabeleceram uma parceria para analisar se os programas não contributivos de proteção social da região foram projetados de maneira sensível ao gênero (TEBALDI; BILO, 2019). Foram analisados 50 programas, perpassando oito países do sul da Ásia: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. Adicionalmente, o estudo pretende avaliar as evidências dos impactos dos programas nas questões de gênero.

Principais conclusões

- Os **objetivos dos programas** geralmente não incluem considerações específicas sobre gênero. Quando incluem, são geralmente relacionadas com entraves à educação, com riscos referentes à renda e com vulnerabilidades de mulheres solteiras ou viúvas. Entretanto, o único indício de acompanhamento do progresso dessas áreas se encontra nos mecanismos de monitoramento e avaliação dos programas.
- A maioria dos países possuem programas que **focalizam ou priorizam** as mulheres em geral, ou mulheres grávidas, mães, viúvas e solteiras em particular. Entretanto, constatou-se que **poucos programas são focalizados, especificamente, a garotas adolescentes**, o que representa um hiato maior, dadas as vulnerabilidades particulares desse grupo. Há ainda obstáculos a se superar para a conscientização das pessoas a respeito de tais programas.
- Vários **mecanismos de pagamento** são utilizados para entregar os benefícios de proteção social na região, incluindo bancos, pagamentos móveis e postos de correios. Análises mostram que mecanismos de pagamento complexos frequentemente aumentam o fardo de tempo das mulheres.
- Sobre o fornecimento de **serviços complementares**, é importante não reforçar papéis de gênero por meio deles, incluindo os pais nas atividades relacionadas à nutrição infantil, por exemplo. Porém, essa situação é raramente o caso no sul da Ásia.
- Apesar de a maioria dos programas fornecerem informações desagregadas por gênero sobre os seus beneficiários, seus mecanismos de **monitoramento e avaliação** precisam ser fortalecidos para se entender os impactos (positivos ou negativos) gerados pelos programas nas questões de gênero, não apenas em termos de saúde, educação e nutrição, mas também em termos de empoderamento feminino e normas de gênero.
- **Mecanismos sociais de prestação de contas**, incluindo controle social, monitoramento comunitário e mecanismos de reclamação também necessitam de melhorias, uma vez que houve vários relatos de mau funcionamento. Ademais, há poucas evidências de como reclamações e sugestões se traduzem em reformas dos programas.



- Considerando-se especificamente as [transferências de renda](#), pode-se observar que muitos programas se concentram nos resultados referentes à maternidade. Nesse caso, é importante que tais programas sejam acompanhados por sistemas robustos de reclamação, que sejam capazes de capturar as queixas das mulheres e repassá-los ao lado da oferta.
- Em termos de [programas de obras públicas](#), cotas para mulheres e grupos vulneráveis, disposições para salários iguais, cuidados infantis e instalações para a amamentação e descanso, bem como horários flexíveis de trabalho, são medidas que podem ser fortalecidas.
- [Programas de alimentação infantil](#) precisam se tornar mais contabilizáveis no que tange o envolvimento das mulheres na sua implementação. A expectativa de que mulheres irão fornecer supervisão à implementação dos programas sem compensação acarreta um risco de maior pressão em um grupo que já está sobrecarregado com trabalhos de cuidado não remunerados.

Um exame das [avaliações de impacto](#) dos programas analisados revelou que a [saúde materna](#) é uma área em que programas pelo lado da demanda levam a um aumento na utilização de serviços. Entretanto, a qualidade dos serviços também precisa ser melhorada. No que diz respeito à [segurança alimentar, nutrição, educação e emprego](#), as conclusões do estudo indicam impactos heterogêneos, que variam consideravelmente de acordo com a idade e o gênero dos beneficiários. Além disso, pouquíssimos estudos consideraram especificamente os impactos dos programas nas [normas e atitudes de gênero](#). A inclusão de evidências mais qualitativas poderia ajudar a se obter um entendimento mais matizado de como as desigualdades de gênero se apresentam em contextos diferentes.

Conclusão

A análise mostrou que, apesar de alguns exemplos positivos, os governos na região ainda precisam fazer investimentos significativos para tornar seus sistemas de proteção social mais sensíveis às questões de gênero e contribuir para o avanço da igualdade de gênero na região. Em especial, a falta de [mecanismos de reclamação](#) abrangentes e de [monitoramento e avaliação](#) deve ser corrigida. A avaliação também destacou a importância de se conduzir [análises de gênero](#) antes da implementação dos programas, para ajudar a garantir que vulnerabilidades e necessidades específicas a cada contexto sejam incluídas nos projetos.

Referência:

TEBALDI, R.; BILO, C. *Gender and Social Protection in South Asia: an assessment of non-contributory programmes*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth; Catmandu: UNICEF Regional Office South Asia, 2019.